



**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Serviço Social**

**Iury Venilson Pereira de Lima**

**Embranquecimento racial e autoimagem do negro no Hospital Regional da Asa  
Norte**

**Brasília, 2019**

## **Embranquecimento racial e autoimagem do negro no Hospital Regional da Asa Norte**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Serviço social da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Marlene de Jesus Silva Santos.

**Brasília, 2019**

**BRASÍLIA – DF  
2019**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**Embranquecimento racial e autoimagem do negro no Hospital Regional da Asa  
Norte**

por

Iury Venilson Pereira de lima

Banca Examinadora:

---

Profª. Marlene de Jesus Silva Santos.- Professora Mestre do  
Departamento de Serviço Social - Instituto de Ciências Humanas -  
SER – IH/UnB

---

Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá.- Professor Doutor do  
Departamento de Serviço Social - Instituto de Ciências Humanas -  
SER – IH/UnB

---

Hildete dos Reis Costa – Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília.  
Assistente Social do Hospital Regional da Asa Norte- HRAN

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como pano de fundo a contextualização do processo histórico de embranquecimento racial promovido pelo Estado brasileiro visando a salvação do sangue europeu e superação de todo traço negro. A pesquisa está inserida no Hospital Regional da Asa Norte-HRAN, visando levantar os rebatimentos de tal processo histórico na autoimagem dos pacientes negros atendidos na clínica médica do 5º, referente às áreas de infectologia, nefrologia e gastroenterologia. O Trabalho foi elaborado a partir de três diferentes metodologias, sendo elas: Pesquisa empírica, análise bibliográfica e observação participante. A partir disso, constatou-se uma dificuldade da grande maioria das pessoas entrevistadas em se reconhecer como negro e juntamente a isso, uma a tendência a se embranquecer. Concluiu-se que as políticas de embranquecimento e depreciação de todo traço negro, promovidas pelo Estado na forma de políticas, impactam diretamente na forma como se constitui uma auto identidade.

**Palavras-chave: Embranquecimento racial; autoimagem; negros; auto identidade; preconceito**

## ABSTRACT

The present undergraduate thesis has as its background the contextualization of the historical process of whitening promoted by the Brazilian State aiming at the salvation of the European blood and annihilation all black lines. The research is inserted in the Regional Hospital of Asa Norte-HRAN, aiming to raise the rebounds of this historical process in the self-image of black patients treated at the 5th medical clinic, referring to the areas of infectology, nephrology and gastroenterology. To elaborate this undergraduate three different methodologies were used: Empirical research, bibliographical analysis and participant observation. It was concluded that the whitening and depreciation policies of all black lines, promoted as public policy, have a direct impact on the way a self-identity is constituted.

**Keywords: whitening; self-identity; black people; self-image; prejudice**

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1 - COLONIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO BRASILEIRA E A INSERÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA NO BRASIL.....	12
CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DE MISCIGENAÇÃO NA BUSCA PELO EMBRANQUECIMENTO.....	21
2.1 - A GRADAÇÃO DO RACISMO E A PASSABILIDADE PAUTADA NO TOM DE PELE.....	26
CAPÍTULO 3 - COLORISMO, PRIVILÉGIOS SOCIAIS E AUTOIMAGEM.....	28
3.1- NEGRITUDE SEM IDENTIDADE: DIFICULDADES NA FORMAÇÃO E RECONHECIMENTO DA AUTOIMAGEM NEGRA.....	28
CAPÍTULO 4 - POLÍTICA DE SAÚDE.....	31
4.1- ANÁLISE DE DADOS.....	35
CONCLUSÃO.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo levantar o debate acerca do tema *Embranquecimento Racial*, buscando fazer uma sistematização do processo de busca da clarificação populacional brasileira desde o período da escravidão e rebatimentos para a construção da identidade do cidadão negro.

A pesquisa terá como objeto de análise: os rebatimentos do embranquecimento racial na atual identidade do negro no sistema de saúde do DF no Hospital regional da asa norte-HRAN, mais especificamente na clínica médica do 5º andar, responsável pelas áreas de nefrologia, gastroenterologia e infectologia.

Para Laville e Dionne (1999), *“um problema de pesquisa é um problema que se pode “resolver” com conhecimentos e dados já disponíveis ou com aqueles factíveis de serem produzidos”* (pág. 87). Considerando o movimento dialético da realidade, a partir das experiências pessoais e da visão crítica enquanto aluno de Serviço Social, a Pergunta-Problema que será pesquisada e respondida é: Qual o rebatimento do histórico processo de embranquecimento na identificação do usuário de saúde do HRAN?

Buscando responder à questão problema acima citada, este trabalho terá como hipótese: O embranquecimento racial tem impacto direto na autoimagem do negro brasileiro.

O embranquecimento racial é um processo de genocídio, como colocado por Abdias do Nascimento (1978), iniciado no período da escravidão e que tem seus frutos materializados até os dias de hoje.

O trabalho tem como objetivo articular o conhecimento e técnicas aprendidos durante o curso e também a contribuição no ramo da pesquisa em Serviço Social, ressaltando a grande importância da mesma, especificamente na atual conjuntura de desmonte e regressão de direitos.

Outro objetivo deste trabalho será o de debater o racismo do movimento de brancura racial a partir do mito da democracia racial, pois, pelo fato do racismo no Brasil ser considerado mais “velado” se comparado ao racismo nos Estados Unidos ou Apartheid na África do sul, muitas pessoas o desconsideram na sociedade Brasileira.

Ao pesquisarmos de forma mais aprofundada sobre todo o processo de embranquecimento racial<sup>1</sup> no Brasil, observamos que a produção de conhecimento sobre o

---

<sup>1</sup> A ideia de Embranquecimento Racial aqui trabalhada, se apoia no pensamento de CARNEIRO, para ele :”Vem desde os tempos da escravidão a manipulação da identidade do negro de pele clara como paradigma de um

tema ainda é muito pequena e pontual. Para exemplificar, uma pesquisa realizada no portal de periódicos Capes com o termo “embranquecimento racial”, retornou apenas 59 resultados. Por acreditar que a produção de conhecimento na área tem que ser maior, inclusive porque os reflexos de anos de embranquecimento estão materializados em nosso dia-a-dia, por considerar esse tema como algo de suma importância para entender o funcionamento da sociedade atual, é que reside a importância da pesquisa sobre o tema.

A discussão sobre o tema ainda é muito restrita a assuntos muito específicos e pontuais e discutidos por públicos muito pequenos. Por considerar esse debate como uma questão efervescente e de suma importância, considera-se que a pesquisa é de grande contribuição para entender os rebatimentos do processo de embranquecimento na constituição de nossa sociedade. E tendo como objetivo a democratização do conhecimento produzido, é que se ressalta a importância da pesquisa.

O eixo estruturante da pesquisa é fundado na dificuldade em se autodeclarar negro no Brasil. A ideia do projeto surgiu durante o período de estágio realizado na instituição Hospital Regional da Asa Norte-HRAN. Durante o momento dos acolhimentos dos pacientes realizados pelo Serviço Social, uma das perguntas feitas na entrevista social era justamente a forma como os pacientes se autodeclarariam dentro do sistema de cores utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

O Acolhimento consiste na primeira abordagem dos pacientes pelos diferentes profissionais da instituição, nesse caso pela assistente social, e tem como objetivos identificar as possíveis demandas que os pacientes possam ter e que possam ser sanadas pelo Serviço Social, buscando a garantia de direitos daquele usuário.

Nesse primeiro momento de abordagem, é realizada uma entrevista a fim de realizar um perfil daquele usuário. Nessa entrevista são abordados os seguintes itens: Local de nascimento; Data de nascimento; se o paciente reside ou não no DF; estado civil; condições de moradia; estrutura familiar; Situação Previdenciária e Autodeclaração dentro do sistema de classificação do IBGE (Preto; Pardo; Branco; Amarelo e Indígena);

A partir da observação das entrevistas realizadas, observou-se uma enorme dificuldade dos pacientes, da maioria deles, em dar uma resposta efetiva para a questão referente a cor e autodeclaração. Outro fator que chamou bastante atenção foi que na hora de responder a questão, muitos pacientes davam respostas como: “Sou moreno-claro”, “Sou

---

estágio mais avançado de ideal estético humano que todo negro de pele escura deveria perseguir diferentes mecanismos de embranquecimento.” (CARNEIRO, 2011, p.64)

moreninho”, ou até mesmo “Sou queimado de sol”. Sempre dando respostas onde buscava-se aproximar a tonalidade da pele a um tom cada vez mais claro.

Diante do exposto, buscou-se autores que trabalhassem a questão da dificuldade de construção da identidade negra, e grande maioria deles trabalha essa dificuldade como uma consequência de um processo de embranquecimento racial iniciado desde o período da escravidão no Brasil.

Um dos autores que mais será trabalhado neste projeto e posteriormente no Trabalho de conclusão será Abdias do Nascimento. Para ele o processo de embranquecimento é uma estratégia de genocídio. Em sua obra, intitulada *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, é feito um apanhado geral desde o processo da escravidão e dos recursos utilizados para conter a “mancha negra”, sendo um dos primeiros recursos o estupro de mulheres negras. A partir da miscigenação, ou seja, da mistura as raças, surge o *mulato*<sup>2</sup>, que como colocado por Abdias do Nascimento (1978) seria o “primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro”.

O termo mulato/mulata, geralmente mais utilizada para a figura da mulher negra, traz em si uma carga histórica racista e ofensiva, assim como elencado por Silva:

Derivação de ‘mulus’, do latim, atualizado por ‘mula’, o animal que surge da cópula de duas raças diferentes – o asno e a égua, que, no século XVI, derivou-se na América hispânica para ‘mulato’ como uma analogia ao caráter híbrido do animal, considerado uma raça inferior já que não possui a possibilidade da reprodução (SILVA, 2018,p.77).

Outro ponto também que pode ser elucidado de sua obra é, que como citado anteriormente, o mulato foi o primeiro degrau na escala de embranquecimento, e para Abdias, esse processo de mulatização do negro, somado ao estupro da mulher negra, retrata um processo de genocídio racial puro e simples.

Não é de se estranhar que muitas pessoas, a maioria delas, tenham dificuldade em se afirmarem enquanto negras, pois não é como se o processo de embranquecimento tenha ficado estagnado no período escravocrata. Se por um lado temos avançado cada dia mais na luta por reconhecimento e afirmação negra, isso ainda se faz muito difícil pelo fato do embranquecimento racial estar presente nas diferentes áreas que perpassam nossa vida. Está vivo no modo de falar, está presente na literatura, nas propagandas, principalmente na moda, onde a beleza segue um padrão, um padrão quase nunca negro, etc.

---

<sup>2</sup>Mulato: Termo utilizado por Abdias do Nascimento, vale ressaltar que o livro é uma obra de 1978, época em que a problematização de termos como este ainda não era efervescente



Para Fonseca (2002), a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real. “A pesquisa científica é o resultado de um inquérito ou exame minucioso, realizado com o objetivo de resolver um problema, recorrendo a procedimentos científicos” (FONSECA 2002, p.21).

Tendo como base os pontos levantados por Fonseca, a pesquisa que será realizada será dividida entre três abordagens, são elas: Pesquisa Empírica, Pesquisa Qualitativa Participante e Pesquisa Bibliográfica.

Uma das formas de coleta de dados utilizada foi o levantamento de dados dos pacientes da clínica médica 5º andar do HRAN. O levantamento foi realizado durante o período em que se foi realizado o estágio obrigatório no hospital, e tinha como objetivo levantar o perfil dos usuários atendidos pelo Serviço Social naquele andar. As informações foram colhidas do próprio registro de atendimentos do Serviço Social, da clínica médica do 5º andar.

O tempo compreendido foi de 01/09/2018 até o dia 28/02/2019, totalizando um período de seis meses. O total de pacientes atendidos pelo Serviço Social nesse período foi de 125 pessoas.

A pesquisa teve como itens abordados: nascimento (dentro ou fora do DF); Sexo (masculino ou feminino); Origem dos Usuários; Estados de Origem; Faixa Etária; Cor/Etnia; grau de Escolaridade; Especialidade Clínica (divisão entre homens e mulheres por especialidades) e Tipo de Trabalho/Fonte de renda

Com o levantamento de dados podemos observar que além da população negra ser maioria no Distrito federal, totalizando cerca de 56,2% da população do DF<sup>3</sup>, também é maioria na clínica médica, pois o resultado obtido foi de 36% (45 pessoas) de pacientes negros<sup>4</sup>(consultar gráfico 6); o que só reforça a necessidade de se discutir cor, se autodeclarar e também a necessidade de criação de políticas públicas específicas para a população negra.

Todavia, existem dados que não podem ser respondidos apenas pela análise dos gráficos resultantes do levantamento dos dados, por isso irei me utilizar do registro das rodas de conversa resultantes da implementação de meu projeto de intervenção, intitulado: “**O Quesito Cor/Raça/Etnia e sua importância para a formulação de Políticas Públicas**”.

---

<sup>3</sup> "A população negra no Distrito Federal - Codeplan." <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Popula%C3%A7%C3%A3o-Negra-no-Distrito-Federal-Analisando-as-Regi%C3%B5es-Administrativas.pdf>. Acessado em 18 ago. 2019.

<sup>4</sup> Somamos os indivíduos que se autodeclararam pretos e pardos para obter o contingente negro.

Tal projeto tinha como objetivo geral desenvolver rodas de conversa com os usuários da clínica médica de Nefrologia, Gastrenterologia e Infectologia visando explicitar as cores trabalhadas pelo IBGE e sua importância na formulação de Políticas Públicas.

O projeto tinha como objeto de discussão a portaria nº 344 de fevereiro de 2017, que torna obrigatório a coleta do dado referente a raça/cor/etnia em todos os formulários da área da saúde.

A proposta do projeto surgiu como resultado da observação das entrevistas sociais em que quando perguntados sobre o quesito, muitos usuários tinham muita dificuldade em se autodeclararem.

A intervenção foi realizada por meio de rodas de conversa, sobre o item Raça/Cor/etnia nos formulários de saúde. Consistiu em três momentos com os pacientes, que aconteceram quinzenalmente durante o primeiro semestre de 2019.

Durante essas rodas de conversa observou-se colheu-se respostas muito significativas sobre o porquê ser tão difícil discutir cor no Brasil e também se autodeclarar. Por essa razão me utilizei de minhas anotações e relatórios produzidos no campo de estágio como forma de complementar e embasar esta pesquisa. “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (SILVIERA e CÓRDOVA, 2009, p.1).

Além das metodologias citadas anteriormente, este trabalho também contará com pesquisas bibliográficas visando encontrar autores que trabalham a questão do embranquecimento racial como forma de aprofundar o tema.

O primeiro capítulo deste trabalho será destinado a fazer a contextualização histórica do processo de colonização e exploração brasileira, visando elucidar os principais pontos, como: A transição da mão de obra indígena para a negra e também as condições de vida as quais os escravos eram submetidos, bem como a inserção de imigrantes no Brasil com o objetivo de embranquecer o povo brasileiro da época.

O foco do segundo capítulo são as políticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro que tinham como objetivo a superação “mancha negra” (NASCIMENTO, 1978). Neste capítulo será destacado as consequências do processo de miscigenação e também a exploração sexual da mulher negra.

O terceiro capítulo traz como desenvolvimento as noções de colorismo e de pigmentocracia e também sobre a construção da identidade negra, levando em consideração todo o processo histórico de marginalização e depreciação de tudo vinculado ao negro.

Por fim, a última parte desse trabalho é dedicada a análise dos dados colhidos durante a realização do estágio obrigatório em Serviço Social, bem como a inserção de relatos de observação participante feitos na instituição do Hospital regional da Asa Norte.

## **CAPÍTULO 1 - COLONIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO BRASILEIRA E A INSERÇÃO DA MÃO DE OBRA ESCRAVA NO BRASIL**

O presente capítulo tem como objetivo abordar alguns dos principais pontos do processo histórico de construção da sociedade brasileira. Este trabalho de conclusão de curso visa responder à questão problema “qual o rebatimento do processo histórico do embranquecimento racial nos usuários de saúde do Hospital regional da Asa Norte-HRAN?”

Procurando responder tal questão é preciso revisitar as bases de constituição da sociedade brasileira históricas buscando elucidar os elementos que impactam na construção de uma identidade negra, a começar pela questão da colonização e exploração brasileiras.

Tal reflexão se faz necessária, pois, assim como colocado por Theodoro (2008), para a análise sobre a formação presente da sociedade “torna-se necessário não apenas aprimorar diagnósticos sobre a situação presente, mas, também, recuperar o passado e resgatar as influências e fatores que explicam a configuração desse presente”.( THEODORO, 2008, p.9).

A história do Brasil é resultado de uma série de eventos que ocorreram de maneira não intencional e automática. A “descoberta” do Brasil em 1500, fruto de um erro de rota cujo objetivo era a busca de especiarias, não despertou a princípio o interesse de Portugal, pois se tratava de uma terra ainda não explorada. A princípio, acreditava-se se tratar de uma grande ilha (B. FAUSTO, 1996).

Os primeiros 30 anos após a descoberta se caracterizam pela exploração da mão de obra indígena. Nessa primeira etapa o índio cortava a madeira e depositava em feitorias, o escambo era a forma pela qual o índio aceitou a exploração portuguesa.

Não havia mão-de-obra portuguesa que conhecesse o território. Decide-se então que a melhor mão-de-obra para o trabalho é a do indígena, justamente por ter conhecimento da área. Os portugueses então decidem fazer uma troca com os indígenas, era lhes oferecido ferramentas e instrumentos nunca antes vistos pelos povos originários e em troca eles deveriam exercer a exploração do Pau-Brasil, primeira matéria-prima com fins mercadológicos descoberta no país (B. FAUSTO, 1996).

Esse sistema funcionou bem até determinado ponto, passados alguns anos o povo indígena já obtinha o conhecimento de como produzir seus próprios materiais e começam a resistir a exploração portuguesa. Em decorrência da resistência à exploração portuguesa, se

inicia a escravidão das nações. No entanto, os povos originários do Brasil possuíam uma vantagem, o conhecimento do território.

É importante lembrar que a chegada dos portugueses no Brasil teve um impacto terrível para a vida indígena, pois ao atracarem em solo brasileiro trouxeram também doenças com as quais os índios jamais tinham se deparado; fazendo com que houvesse uma dizimação em massa desses povos (ALMEIDA e NÖTZOLD, 2010).

Somado as fugas em massa, o genocídio indígena, a resistência dos povos que aqui viviam em serem submetidos ao trabalho escravo e o conhecimento do território brasileiro, a escravidão indígena se dava cada vez mais difícil. As fugas para o interior do Brasil eram cada vez mais recorrentes. É preciso destacar outro ponto importante no declínio da exploração indígena: Em 1537 acontece a proibição da escravidão indígena pelo Papa pio III- o reconhecimento dos povos originários como seres possuidores de alma- e em 1540 temos a entrada dos Jesuítas no Brasil (ALMEIDA, 2016).

É importante frisar que a cultura de trabalho dos povos originários nunca foi voltada para o acúmulo, mas sim para a subsistência. Os bens que eram produzidos dentro das comunidades não buscavam o excesso de produtos, para eles “as noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamamos de produtividade, eram totalmente estranhas a eles. (B. FAUSTO, 1996, p. 28).

A escravidão indígena também apresentou outro problema: a dificuldade da taxação, pois, por se tratar de um negócio interno da colônia, a coroa não tinha como controlar a tributação por outro lado, o comércio ultramarino trazia um retorno financeiro significativo às chefias governamentais e aos comerciantes de escravos (PINSKY, 1993).

Pelos motivos citados acima o comércio de escravos negros se fez cada vez mais lucrativo e viável. A pressão da igreja contra a escravidão indígena também tem papel determinante para o fim dessa prática.

O negro no Brasil sempre foi visto como um animal, nunca foi tratado como uma pessoa de fato (NASCIMENTO,1978). A única função do negro era dar conta do trabalho, especialmente no cultivo da cana de açúcar.

É neste período que a transição do trabalho escravo indígena para a exploração do negro escravizado se intensifica. “Foi no âmbito da produção açucareira que se deu com maior nitidez a gradativa passagem da escravidão indígena para a africana. Nas décadas de 1550 e 1560, praticamente não havia africanos nos engenhos do Nordeste.” (B. FAUSTO, 1996, p. 48).

O tipo de colonização que se deu no Brasil também faz refletir sobre a situação da América Latina como um todo. A economia brasileira sempre foi voltada para o extrativismo e exportação para a Europa. A colonização se caracterizava pela economia de plantagem ou plantation (B. FAUSTO, 1996).

Por ser voltada para a exploração dos recursos naturais que pudessem ser revertidos em lucro e terem como foco os fins comerciais, as condições de trabalho brasileiras de exploração de trabalho eram bastante degradantes em relação a outras formas de colonização.

Podemos destacar o trabalho nas zonas de mineração: “trabalhando em buracos que mal permitiam respirar, atolado no barro, no interior das minas não aguentava trabalhar mais que cinco anos” (BARRADAS, 1994, p. 43).

A fim de exemplificar as condições desumanas e os tipos de castigo de castigo infligidos aos indivíduos escravizados nesse período, nos utilizaremos de uma passagem presente no texto “Campos da violência”, Silvia Hunold Lara (1988) explica que os castigos corporais eram comuns, permitidos por lei e pela Igreja Católica e segundo regimento de 1633, o castigo era realizado por etapas:

(...) depois de bem açoitado, o senhor mandará picar o escravo com navalha ou faca que corte bem e dar-lhe com sal, sumo de limão e urina e o meterá alguns dias na corrente, e sendo fêmea, será açoitada à guisa de baioneta dentro de casa com o mesmo açoite (LARA, 1988, p. 74-75).

O negro era uma coisa, algo descartável. Do ponto de vista da sociedade da época era apenas um animal que tinha por destino servir aos interesses coloniais. Na sua condição de propriedade, o escravo é um bem de consumo (GORENDER, 1992). Isso cria um ambiente para o negro de não lugar, uma consciência de inferioridade perante ao branco.

É sabido que a escravidão negra no Brasil se estendeu oficialmente até o ano de 1888. Ou seja, foram mais de três séculos da inserção forçada de homens e mulheres, arrancados do território africano, e foram obrigados a fazer parte do processo de formação socioeconômico e cultural brasileiro.

Era reservado ao negro na sociedade brasileira o espaço de margem, esse era o local ideal a ser ocupado por esta parte da população: longe dos olhos da sociedade, visto que a questão do negro era algo a ser combatido. Sempre ficou claro o objetivo de aniquilação negra, a sociedade da época criou formas de afastar o negro do seio social, seja por meio dos castigos ou por meio de políticas de Estado (NASCIMENTO, 1978).

Não há registros efetivos sobre o número de escravos negros que foram trazidos ao Brasil, tal fato se deve em decorrência de Rui Barbosa, ministro da fazenda durante o

governo de Deodoro da Fonseca, ter ordenado o incineramento dos registros e estatísticas pertinentes a escravidão. Tal ordem foi executada em 1891. Ao eliminar tais documentos, acabou-se com informações sobre o censo demográfico, registros financeiros e números exatos do tráfico negreiro. Tal atitude pode ser interpretada como mais uma das tentativas de se retirar a “mancha negra” (NASCIMENTO, 1978) da história do Brasil como ação deliberada e planejada do Estado, pois o registro é a forma de conhecer e o desconhecido não é lembrado.

Mesmo com a falta de números exatos referentes a escravidão no Brasil, estima-se que “[...] o Brasil recebeu da África algo em torno de 18 milhões de escravos” (RAMOS citado por ALMEIDA, 2002, p.92). Podemos observar que havia um enorme contingente negro no Brasil, situação sempre encarada pelas autoridades políticas como um problema, tendo em vista o padrão europeu branco que sempre foi referência à formação social brasileira. Isto fazia com que o Estado tratasse este alto contingente populacional negro como um problema a ser enfrentado.

Em relação à resolução do problema do negro, o Estado brasileiro promoveu diversas barreiras para manter essa população de fora da sociedade brasileira em ascensão. A principal delas é política estatal de entrada de mão de obra imigrante como uma forma de substituição do negro, mas antes de tratar disso é preciso retornar alguns anos em nossa história para debatermos o processo de marginalização do negro (THEODORO, 2004).

O processo de exclusão e marginalização do negro, tem seu início cerca de trinta anos antes do processo de abolição, com a Lei de Terras. Essa lei foi um dos instrumentos utilizados pelo Estado para impossibilitar seu acesso à terra (THEODORO, 2008). Essa lei colocava fim ao reconhecimento de posse e testifica a compra como o único meio de adquirir terras, fazendo com que houvesse uma inviabilização do acesso à terra para “trabalhadores pobres, ex-escravos e seus descendentes” (THEODORO, 2008, p. 34).

Tal lei teve sua promulgação no mesmo ano em que ocorre a proibição do tráfico de escravos com a Lei Euzébio de Queiroz, esse período marca a passagem para o início do trabalho livre (THEODORO, 2008). “É nesse contexto que a nova medida legal começa a vigorar, restringindo drasticamente as possibilidades de acesso à terra na transição do regime escravista para o de trabalho livre”. (THEODORO, 2008, p. 34).

É importante aqui analisarmos o caráter excludente dessa lei, pois estamos falando da compra direta de terra, mas afinal, seria possível, dada a condição de miséria do negro na sociedade escravocrata, a compra de terra? A resposta para essa pergunta de fato é de fato muito óbvia, e tal situação se agrava exponencialmente com a abolição da escravidão no

Brasil. A Lei Áurea no Brasil, é importante salientar, não ocorre de forma espontânea, mas sim por intensas pressões exercidas pelos países da Europa, especialmente da Inglaterra (B. FAUSTO, 1996).

A abolição no Brasil foi a expressão máxima do processo de exclusão do negro dentro da sociedade, pois por meio dela o Estado se exime da responsabilidade para com o negro, com o objetivo principal de retirá-lo do convívio social.

Nos moldes da abolição brasileira, ao negro, sobraram duas opções: a) trabalhar para seus antigos senhores em troca de comida ou b) a marginalização completa. É necessário lembrar que o processo de imigração branca europeia no Brasil estava a pleno vapor e que o Estado brasileiro oferecia incentivos fiscais para os fazendeiros que adotassem a mão de obra imigrante (THEODORO, 2008).

A entrada de imigrantes trouxe ao Brasil a possibilidade que tanto se buscou ao longo dos séculos de nossa história: o embranquecimento racial. O estado Brasileiro se mobilizou de tal forma para dar força a entrada de povos advindos da Europa, especialmente italianos, que chegou até mesmo a oferecer incentivos fiscais para os fazendeiros que utilizassem a mão de obra europeia (THEODORO, 2008).

Iniciada cerca de 30 anos do processo de abolição da escravidão (THEODORO, 2008), a inserção de imigrantes no país provocou um declínio no contingente negro aqui existente “A porcentagem de escravos no total da população, que era de mais de 50% no início do século XIX, foi, dessa forma, reduzida até 16%, em 1874, alguns anos antes do fim da escravidão.” (THEODORO, 2008, p.24).

A entrada de imigrantes em solo brasileiro também pode ser interpretada como uma das tentativas da busca pelo embranquecimento racial. Tal pensamento se viabiliza até mesmo por conta do tipo de imigrantes que possuíam permissão para entrar no Brasil (NASCIMENTO, 1978).

A maioria dos imigrantes nessa época era de origem italiana. Por conta da crise que assolava a Itália naquele momento “Principalmente na região do Veneto, grande contingente de pequenos proprietários e meios foi forçado a se proletarizar, sem que a economia italiana tivesse condições de incorporar essa massa de disponíveis em outras atividades econômicas.” (KOWARIC, 1994, p. 91).

No que diz respeito a entrada de italianos, havia uma facilitação para a entrada desse contingente no Brasil por meios de decretos, a exemplo disso podemos destacar o decreto nº 528, de 28 de junho de 1890 concede que:



Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos a ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia, ou da África que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas.<sup>5</sup>

Celso Furtado defende que a entrada de imigrantes no Brasil tinha como ponto central o viés econômico e estava relacionada com a inaptidão dos negros que estavam inseridos no sistema escravocrata da época de lidar com o assalariamento: “O homem formado dentro desse sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é praticamente estranha. (FURTADO, 1977, p. 140)

Mário Theodoro refuta essa visão meramente econômica de Celso Furtado, como destacado no livro *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*, “Não é custoso reforçar que a promoção da imigração era claramente assentada na ideologia do branqueamento (THEODORO, 2008, p. 35). Ele irá trazer o pensamento de HASENBALG (1979), que defende que essa facilitação na entrada de imigrantes europeus no Brasil era uma medida extremamente racista e que buscava a “erradicação da mancha negra” (NASCIMENTO, 1973) da sociedade brasileira em ascensão.

Tal medida de imigração reforçou a marginalização do negro na sociedade brasileira e alocou grande parte da população, majoritariamente formada por escravos, na região mais atrasada do país, materializando ainda mais a exclusão e a falta de oportunidades educacionais e ocupacionais (HASENBALG, 1979).

O autor destaca que o período mais intenso do processo de imigração foi o que ocorreu nos anos que se seguiram à abolição, 1888 a 1900, quando se observa a entrada de 1,5 milhão de imigrantes, em sua maior parte italianos(...). (THEODORO, 2008, p.35)

Seyferth (1996) levanta uma fala, de cunho extremamente racista, do diretor, médico e delegado do governo brasileiro, João Batista de Lacerda:

“Em 100 anos, não haverá mais negros no Brasil”. Tal afirmação ganhava ares de profecia durante o Congresso Universal das Raças, realizado no Ano de 1911, em Londres. Ideia pronunciada pelo delegado do Governo Brasileiro, João Batista De Lacerda, médico e diretor do Museu Nacional de 1895 a 1915, representava uma visão do pensamento científico da época segundo o qual “o branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população do fenótipo branco” (SEYFERTH, 1996, p.49).

<sup>5</sup> Decreto completo disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>>

A entrada de imigrantes europeus no Brasil teve por consequência a retirada de espaços que antes eram ocupados por negros na sociedade brasileira. Vale ressaltar que os escravos que aqui viviam, já desempenhavam função voltadas ao cunho urbano, trabalhavam como “como carpinteiros, pedreiros, calceteiros, impressores, pintores de tabuletas e ornamentação, construtores de móveis e de carruagens, fabricantes de ornamentos militares (...)” (GORENDER, 1978, p. 454).

A partir do ponto de vista de Gorender, podemos observar que a mão de obra aqui já existente estava apta a exercer os mais diversos cargos na sociedade brasileira. “Os trabalhadores chamados livres e/ou libertos, geralmente negros e mulatos que exerciam serviços de toda natureza, notadamente aqueles de alguma especialização”. (THEODORO, 2008, p.18).

A entrada de imigrantes no Brasil fez com que houvesse uma marginalização ainda maior no que diz respeito a situação do negro na sociedade brasileira, marginalização essa que teve seu ápice com a abolição:

No Brasil, a abolição significará a perda de espaço de trabalho para os ex-escravos. Em sua grande maioria, eles não serão assalariados. Com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas (THEODORO, 2004, p. 92).

Com relação ao processo de abolição no Brasil, Florestan Fernandes em seu livro, intitulado *A integração do negro na sociedade de classes*, exemplifica a forma como a questão do negro foi trabalho após a Lei Áurea, “Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho” (FERNANDES, 1978, p. 28).

A partir da ideia trazida por Florestan Fernandes podemos ver que a questão do negro era vista como um problema a ser apagado. Os negros foram libertos, mas permaneceram sem nenhuma assistência e amparo social. “A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre”. (FERNANDES, 2008, p. 28)

A abolição no Brasil representou um processo que visava a expulsão dos negros da sociedade brasileira em construção, pois trouxe em si a desresponsabilização do Estado, dos antigos senhores e da Igreja perante a nova conjuntura social, “ Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem” (NASCIMENTO, 1978, p.65).

Vale ressaltar que esse processo de desresponsabilização do Estado sobre a questão do negro na sociedade escravocrata, se inicia muito antes da abolição com diversas leis que atiravam os negros a própria sorte. Antecedendo a Lei Áurea, houve a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que colocava fim ao tráfico negreiro, a Lei do Ventre-Livre, de 1871, que permitia a libertação de algumas crianças filhas de pais escravos, mas com ressalvas. Houve também a Lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como Lei dos Sexagenários, de 1885, que garantia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade (THEODORO, 2008).

A marginalização de uma parte da população brasileira, não foi uma característica espontânea, mas como podemos ver em Theodoro (2004), foi um objetivo de Estado:

(...) o mercado de trabalho no Brasil, no sentido clássico do termo, que pressupõe a existência do trabalho livre, foi “criado” por intermédio da ação estatal pela abolição da escravidão, e foi moldado por uma política de imigração, favorecida por taxações e subvenções, em detrimento da mão-de-obra nacional. Este mercado de trabalho nasceu, assim, dentro de um ambiente de exclusão para com uma parte significativa da força de trabalho. Criando assim o trabalho livre, o Estado criou também as condições para que se consolidasse a existência de um excedente estrutural de trabalhadores, aqueles que serão o germe do que se chama hoje “setor informal”. (THEODORO, 2004, p. 105)

A falta de assistência do estado, a inserção da mão de obra imigrante e a falta de oportunidades de trabalho para a população negra que aqui estava, faz com que haja uma aglutinação dessa população em espaços precários e uma intensificação da pobreza, Theodoro elucida a criação de favelas como espaço de moradia dessa população “à época já proliferavam, nas maiores cidades, as favelas, verdadeiros guetos onde se encontravam os pobres”.(THEODORO, 2004, p. 105)

Andrade (1979) também vai pontuar a intensa criação de espaços precários para a moradia dos negros libertos pela Lei Áurea, mais especificamente em Recife, ele destaca que

O crescimento da cidade intensificou-se após a Abolição da escravatura (1888), quando grande parte da população liberada abandonou as propriedades a procura de novas oportunidades de vida e de trabalho, e a facilidade de transportes intensificou a migração para o Recife. Daí o aumento considerável da construção de palafitas – os chamados mocambos – suspensas sobre os manguesais da cidade (Andrade, 1979, p. 93).

Tal ideia de segregação do espaço que o negro podia ocupar na sociedade, essa noção de não pertencimento, será importante para entendermos a formação de identidade do negro na sociedade brasileira. Trabalharemos essa questão sobre o ponto de vista da não identificação do negro dentro da sociedade.

Então, a política de migração associada a políticas de exclusão do negro deu início à construção do espaço de não lugar do negro na sociedade brasileira. Ressalta-se que não foi um processo natural, mas sim deliberadamente imposto pelo Estado cuja principal estratégia foi a imigração branca europeia.

## **CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DE MISCIGENAÇÃO NA BUSCA PELO EMBRANQUECIMENTO**

Retomando o ponto defendido por Abdias do Nascimento (1979) sobre a busca do embranquecimento racial da população brasileira, se faz necessária a conceituação do que de fato seria esse processo de clarificação do tom de pele.

Carneiro (2011) aborda a questão do embranquecimento racial como um processo histórico iniciado no período da escravidão e que tinha como objetivo combater a “mancha negra” (NASCIMENTO, 1978):

Vem desde os tempos da escravidão a manipulação da identidade do negro de pele clara como paradigma de um estágio mais avançado de ideal estético humano que todo negro de pele escura deveria perseguir diferentes mecanismos de embranquecimento. Aqui, aprendemos a não saber o que somos e sobretudo o que devemos querer ser. Temos sido ensinados a usar a miscigenação ou a mestiçagem como uma carta de alforria do estigma da negritude: um tom de pele mais claro, cabelos mais lisos ou um par de olhos verdes herdados de um ancestral europeu são suficientes para fazer alguém descendente de negros, se sentir pardo ou branco, ou ser “promovido” socialmente a essas categorias. E o acordo tácito é todos fazermos de conta que acreditamos. (CARNEIRO, 2011, p.64)

Ainda no sentido de combater todo e qualquer traço negro da história do Brasil, temos o processo de embranquecimento como uma política de Estado, Abdias do Nascimento ressalta em sua obra a abertura dos portos marítimos para a entrada de europeus no país como uma tentativa de ceifar a identidade negra do Brasil, “(...)havia por parte do governo brasileiro uma facilitação da entrada de imigrantes brancos no país, ao mesmo que havia leis que proibiam a entrada de ‘indivíduos humanos das raças da cor preta.’” (NASCIMENTO, 2016, apud, FRANCISCO, 2018, p.4)

Luciana Jaccoud irá tratar essa ideia do embranquecimento racial da população como uma medida central no pensamento da elite brasileira no período colonial, tal medida “compartilhava um conjunto de estereótipos negativos em relação ao negro que amparava sua visão hierárquica de sociedade. Nesse contexto, o elemento branco era dotado de uma positividade que se acentuava quanto mais próximo estivesse da cultura europeia.” (JACCOUD, 2008, p.47)

Como vemos, o embranquecimento foi historicamente no Brasil um objetivo da nação. Ele garantia a exclusão negra iniciada com a abolição, mantinha o branco em uma situação de superioridade e conseqüentemente mantinha a hierarquia social de exploração.

Podemos observar que a mão-de-obra escrava foi pilar principal no que diz respeito à construção da sociedade brasileira, a inserção de trabalhadores escravos sempre esteve atrelada a ideia de exploração e inferiorização das relações.

Esta política de apartação, tinha sua ação deliberada no |Estado brasileiro, contudo, sempre foi muito subjetiva e sutil. Podemos observar isso a partir das estratégias de embranquecimento que foram adotadas no Brasil.

A mestiçagem e a construção de uma escala de tom de pele foram implementadas, paralelamente às demais. Segundo Munanga (1997) a mestiçagem presente na sociedade brasileira pode ser assim conceituada:

(...) mestiçagem, como articulada no pensamento brasileiro entre o fim do século XIX e meados deste século, seja na sua forma biológica (miscigenação, seja na sua forma cultural (sincretismo cultural) desembocaria numa sociedade inicial e unicultural. Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco, ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas perspectivas produções culturais. O que subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma nova civilização brasileiras, resultantes da mescla e da síntese das contribuições dos 'stocks' raciais originais. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termo de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural." (MUNANGA, 1999, p.151)

A utilização da mestiçagem se deu por meio da adoção de um sistema de privilégios sociais pautados na totalidade da pele, ou seja, uma pigmentocracia, também é trazida por Harris (2009), para ele esses privilégios pautados na cor da pele criam uma hierarquia social onde aqueles que possuam tons mais claros irão ocupar lugares na sociedade em que negros de peles mais retintas não poderão (HARRIS, 2009).

Para dar continuidade à discussão sobre miscigenação, nos apoiaremos na ideia de Munanga (1999), que aborda esse processo como uma questão que extrapola a esfera biológica, mas que também deve ser entendida pelo ponto de vista da subjetividade. Para ele devemos pensar no “que significaria ser ‘branco’, ser ‘negro’, ser ‘amarelo’ e ser mestiço ou ‘homem de cor’” (MUNANGA, 1999, p. 18).

A de miscigenação brasileira deve ser observado sob o ponto de vista crítico, pois tal processo foi utilizado por muito tempo como uma iniciativa de superação da negritude: “o processo de mulitização, apoiado na exploração sexual da negra, retrata um fenômeno de puro e simples genocídio. Com o crescimento da população mulata a raça negra está desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país” (NASCIMENTO, 1978, p. 69)

Skidmore também defende a ideia trabalhada por Nascimento referente ao processo de mestiçagem ser um processo de superação do problema da negritude e do contingente negro, especialmente, no pós-abolicionismo:

Neste período, a mestiçagem era vista como uma possível solução para as sociedades latino-americanas apenas quando definida como embranquecimento-fator que explica o estímulo à imigração europeia no início do século XX, assim como a resistência a imigração asiática e africana (SKIDMORE, 1990, apud SILVA e LEÃO, 2012, p. 120).

Na prática, o negro de pele mais clara (o *mulato*<sup>6</sup>) na sociedade brasileira foi gradativamente galgando espaço de privilégio. “ele foi o capitão do mato, feitor e usado noutras esferas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o erigiram como “símbolo de nossa democracia racial”. Nele se concentraram as esperanças de conjurar a “ameaça racial” representada pelos africanos (NASCIMENTO, 1978, p.87)

O processo de “mulatização” racial, como estratégia de embranquecimento, foi pautado na exploração sexual da mulher negra e indígena. Do estupro de mulheres negras nascem os “mulatos” (NASCIMENTO, 1978)

A mulher negra, além de sofrer com o trabalho escravo também estava exposta a violência sexual promovida pelos senhores de engenho. Tal fato nos possibilita pensar também sobre as relações de poder e de gênero presentes na sociedade.

No caso da sociedade escravocrata, nos utilizaremos do pensamento de Angela Davis sobre os papéis que eram designados para homens e mulheres:

As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos. (...), mas as mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. (A. DAVIS, 2013, p. 10 e 11)

O estupro de mulheres negras talvez não seja de fato uma estratégia pensada para o embranquecimento racial da população, pelo menos não a princípio. Mas é inegável que o nascimento de negros de peles mais claras impactou diretamente no funcionamento da sociedade escravista, pois estes, por terem traços mais “embranquecidos”, conseguiam transitar em diferentes espaços onde outros negros não podiam (NASCIMENTO, 1978)

O nascimento de negros com tons de peles mais claros causou um impacto no funcionamento da sociedade escravista. Foi depositado no negro miscigenado a esperança de superação do problema que era o negro (NASCIMENTO, 1978). Estes por sua vez obtiveram determinados “privilégios” durante o período da escravidão.

---

<sup>6</sup> Termo utilizado por Abdias do Nascimento, vale ressaltar que o livro é uma obra de 1978, época em que a problematização de termos como este ainda não era efervescente.

Seguindo a lógica de Nascimento (1978) podemos observar em como ao apresentar traços voltados a branquitude faz com que o negro ganhe mais espaço de tolerância, mesmo que mínima, dentro da sociedade.

Tal ideia dos privilégios sociais pautados na cor, também estão presentes na obra de Munanga, para ele o processo de miscigenação e o nascimento de negros de peles mais claras criava para o mulato “um lugar especial na sociedade” (MUNANGA, 1999)

(...) O mulato tem lugar especial na sociedade, tem como consequência a redução do descontentamento entre as raças. Assim, no Brasil o negro pode esperar que seus filhos sejam capazes de furar as barreiras que o mantiveram para trás, caso eles se casem com gente mais clara. (MUNANGA, 1999, p. 86)

A “tolerância” oferecida a negros que tenham traços mais embranquecidos, os ditos “traços finos”, até os dias de hoje é usada como um recurso para defender a ideia de democracia racial, visto que negros com peles mais claras tem uma maior aceitação dentro da sociedade. Mas é importante ressaltar que mesmo para aqueles com maiores privilégios, o preconceito ainda existirá, pois o “racismo não esquece nenhuma alma negra”. (BATISTA/GELEDÉS,2016)<sup>7</sup>

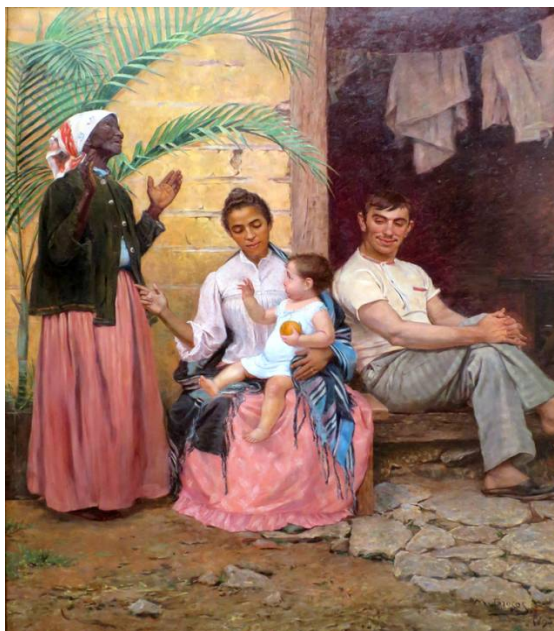
Para Abdias do Nascimento, a figura do mulato era o símbolo da falsa ideia de “democracia racial”, era nele que reside a esperança do combate ao “problema Racial”, ou seja, o combate a “mancha negra” (NASCIMENTO,1978).

*Figura 1- A redenção de Cam de Modesto Brocos (1895).*

---

<sup>7</sup> Citação extraída do texto: *Estética negra empodera, sim. Porque não dá para enfrentar o racismo quando você ainda se odeia*, por Robin Batista - Portal Geledés, 2016





A obra acima, demonstra claramente o pensamento da época e a busca pelo embranquecimento. “A pintura é um retrato de família em três gerações, marcado pelas distintas gradações de cor entre as personagens : à esquerda, a avó negra ; ao centro, a mãe, "mulata", que carrega um bebê branco no colo ; à direita, o presumido pai da criança, também branco”.(LOTIERZO e SCHWARCZ, 2013, p. 4).

Todavia, vale ressaltar que esses privilégios sociais não livraram o mulato de sofrer a mesma discriminação racial sofrida por negros de pele retinta. Aos negros, independentemente do tom de pele, sempre será delegado o espaço “de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercado pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca. (NASCIMENTO, 1978, p.69).

A ideia da miscigenação como uma superação da “mancha negra”<sup>8</sup> foi uma estratégia bastante difundida nos pós abolicionismo, pois como abordado anteriormente havia um enorme contingente negro e uma busca pela clarificação dessa população. Trabalharemos essa questão de forma mais aprofundada nos próximos itens deste capítulo.

Para concluir, é preciso ressaltar que a facilitação da entrada dos imigrantes europeus no Brasil não foi o único privilégio que essa parte da população recebeu, Azevedo elucida que a discriminação contra o negro sofreu uma acentuação:

---

<sup>8</sup> Ver Nascimento (1978)

Enquanto os imigrantes europeus podiam contar com alguns privilégios e proteção proporcionados pelo estado brasileiro e, também pelos consulados de seus países de origem, os brasileiros negros não tinham apoio de ninguém, a não ser deles mesmos. Por isso, sofriam perseguições da polícia e eram discriminados quando tentavam conseguir emprego. Mesmo as instituições religiosas recusavam-se a educar crianças negras. (AZEVEDO, 2003, p.205).

## 2.1 - A GRADAÇÃO DO RACISMO E A PASSABILIDADE PAUTADA NO TOM DE PELE

A seguir, discutiremos a forma como o racismo se manifesta em níveis, níveis esses pautados no tom de pele. Para tanto, se faz necessária a discussão prévia de um termo criado por Alice Walker, O Colorismo.

A ideia de colorismo para Alice Walker foi trabalhada pela primeira vez no ensaio “If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?”, que foi publicado no livro “In Search of Our Mothers’ Garden” em 1982. Tal conceito, de maneira simplificada, diz que quanto maior for a pigmentação da pele do indivíduo, maior será o grau de racismo que ela irá sofrer.

Aline Djoric, Mestre em Filologia e Língua Portuguesa, diz que o colorismo funciona como um “sistema de favores”, ele permite que negros com traços próximos ao do europeu possam transitar em determinados espaços que pessoas com peles mais retintas encontrarão barreiras. Mas esse colorismo também desempenha um papel ilusório, pois ao mesmo tempo em que traz determinados privilégios para negros com determinados tons de pele, não os eleva ao mesmo patamar dos brancos, ela tolera esses “intrusos”(Aline Djokic, no *Festival Marginal*)

Arelada a ideia do colorismo, também se faz necessária a contextualização do termo passabilidade. Tal termo está ligado a tolerância de negros com tons de pele mais claros ou traços que remetem ao europeu em determinados espaços:

“Mediante a existência do racismo e da discriminação que se processa a partir de um tratamento desigual dispensado ao grupo negro em todas as esferas sociais, pessoas negras de pele mais clara, ou com características fenotípicas menos negroides, enfrentam com menos intensidade discriminações raciais que pessoas negras de pele mais escura ou com traços fenotípicos mais negroides; nesse sentido, há uma tolerância maior sobre quem é lido socialmente como “menos negro”, mas não uma aceitação plena.”(Colorismo/Revista Raça, 2018)

Retomando a questão de o mulato ser o “primeiro degrau na escala da branquidade”, somos apresentados a uma nova espécie de ordem e divisão societária, pautada em privilégios

sociais para aqueles que possuírem tons de pele mais claros. Nos utilizaremos da concepção de colorismo presente em Devulsky, para ele

O colorismo está baseado na ideia de que existe um fenótipo (isto é, um conjunto de características físicas) normalizado: o europeu. O ideal, segundo essa lógica, é ser alto, ter a pele clara e os traços que remetem à "raça ariana". "Quanto mais próximo se chega disso, maior a percepção de competência e beleza dessa pessoa", Não se trata de uma "disputa" sobre quais são as opressões mais profundas, mas de "entender de que modo o racismo penetra nas nossas vidas, nas relações interpessoais, e como isso se constrói historicamente". (DEVULSKY/BBC, 2017)

Tais conceitos estão extremamente entrelaçados, principalmente em nossa sociedade que prioriza negros com tonalidades e características fenotípicas. Nesse sentido é preciso refletir que não há algo de errado em obter determinados privilégios dentro de uma sociedade, mas que esses privilégios criem uma espécie de alienação perante o preconceito.

## **CAPÍTULO 3 - COLORISMO, PRIVILÉGIOS SOCIAIS E AUTOIMAGEM**

### **3.1- NEGRITUDE SEM IDENTIDADE: DIFICULDADES NA FORMAÇÃO E RECONHECIMENTO DA AUTOIMAGEM NEGRA**

Identidade está diretamente ligada a forma como nos enxergamos e como enxergamos a coletividade. É necessário resgatarmos o conceito de alteridade para iniciarmos nosso debate. A ideia de alteridade está relacionada a forma como construímos nossa identidade a partir da identificação com o outro. Todo o ser humano social interage e é interdepende do outro. O diferente é o outro (FRAYZE-PEREIRA, 1994)

O negro é o ponto de referência para a construção da alteridade em nossa sociedade. Ele é o ponto de referência para a construção da identidade do branco. Juntamente com o índio, o negro concretiza a nossa sociedade, a nossa cultura, as nossas relações sociais, políticas e econômicas (NI. GOMES, 2003, p. 80).

A sociedade brasileira sempre teve como plano a busca pelo padrão europeu, com traços mais “finos”, pelas brancas, cabelos lisos, etc. Mas, estima-se que na primeira década do século XIX, existiam cerca de 3 milhões de habitantes no Brasil, sendo que destes, 1.6 milhões eram escravos. Ou seja, havia um enorme contingente negro e uma lógica de embranquecer essa população. Fosse por meio de políticas ou do extermínio dessas pessoas por meio das péssimas condições as quais estavam inseridas.

A chegada dos imigrantes no Brasil também tem um impacto significativo na identidade negra, pois isto causou também uma substituição do negro nos espaços que ocupava até então, fazendo assim, com que o negro não tivesse um espaço de pertencimento, fosse substituível e inferior ao branco que estava sendo trazido para a sociedade brasileira.

O padrão europeu que buscou ser seguido desde os primórdios da sociedade brasileira, causa a exclusão e o ódio de todo traço que não esteja dentro desse esquema de branquitude. Tal introjeção de auto ódio faz com que a população negra se enxergue como sendo inferior ao branco. É por essa razão que a conceituação de alteridade se faz necessária, pois se não há exemplos positivos em quem se espelhar, se não é possível ver negros ocupando postos de poder, se toda uma sociedade diz que é errado ser negro, como será possível construir uma identidade positiva sobre si mesmo?

Durante os séculos que se decorreram ao longo da formação de nossa sociedade, buscou-se um rebaixamento do que é ser negro. Uma diminuição da importância da cultura

negra. Essa espécie de “lavagem cerebral” acontece de formas muito violentas, como é o caso dos negros que tinham seus cabelos cortados ao serem traficados como escravos, havia também a mistura de povos de que tinham suas origens nos mais diversos locais. Estes por sua vez falavam línguas diferentes e muitas vezes a comunicação era impossível.

Para Robin Batista(2016), essa lógica de associar ao negro todas as características degradantes dentro do âmbito social deu força significativa para o domínio branco em relação ao negro “E esse rebaixamento tem uma forte carga estética, não só na ridicularização dos atributos fenotípicos do povo preto, mas também na inferiorização de nossa ancestralidade, de nossos saberes e de nossas culturas” (BATISTA/Geledés, 2016).

A desvalorização, inferiorização e ridicularização da negritude, ao longo dos séculos, fixou no imaginário social da sociedade brasileira a ideia de que somos naturalmente inferiores e que só embranquecendo, seja pela miscigenação, seja pela auto-violência estética, poderíamos ser “menos piores”. E o racismo incutiu isso em nossas cabeças, em nossos hábitos, comportamentos e estilos de vida, e a partir daí nós mesmos reproduzimos essas violências contra nós. (BATISTA/Geledés, 2016).

Desde sempre negros foram ensinados a terem ódio por seus corpos, por sua cultura e por seus traços. Sempre foi delegado o espaço de inferiorização. O racismo se faz tão presente na vida cotidiana, que acaba sendo reproduzido até entre os próprios negros. Mas tal atitude também é uma estratégia de manutenção das estruturas racistas de controle.

É importante frisar que essa cultura, não foi um mero acaso ou consequência do processo de escravidão ou de inserção do imigrante, mas resultado de um conjunto de políticas cujo fim último é o embranquecimento.

A seguir destacaremos trechos da carta de um escravagista chamado William Lynch, de 1792. William era conhecido pelo controle exercido sobre seus escravos e pelo baixo número de fugas em sua fazenda. Conhecido por isso, foi solicitado para uma conferência em que apresentaria seu método. Para ele o segredo do controle sobre seus escravos, estava na exacerbação das diferenças entre eles:

(...)Eu seleciono um número de diferenças existentes entre os escravos; eu pego essas diferenças e as faço ficarem maiores, exagero-as. Então eu uso o medo, a desconfiança, a inveja, para controlá-los. Eu usei esse método na minha fazenda e funcionou; não somente lá, mas em todo o Sul.(...)pegue uma pequena e simples lista de diferenças e pense sobre elas. Na primeira linha da minha lista está “Idade”, mas isso só porque começa com a letra “A”. A segunda linha, coloquei “Cor” ou “Nuances”. Há ainda, “inteligência”, “tamanho”, “sexo”, “tamanho da plantação”, “status da plantação”, “atitude do dono”, “se mora no vale ou no morro”, “Leste ou Oeste”, “norte ou sul”, se tem “cabelo liso ou crespo”, se é “alto ou baixo”. (LYNCH, 1712)

Podemos perceber pelo trecho acima que o movimento buscado para exercer o controle sempre foi o de separação, tal método visava a retirada do senso de coletividade. Era

necessário retirar do negro a possibilidade de estar inserido em um grupo. Isso aconteceu desde o momento em que se misturavam pessoas escravizadas, que mal podiam comunicar-se entre si.

O racismo causa o sentimento de não pertencer a nenhum espaço. Traz a sensação de que o erro reside no negro, está nos traços, na ancestralidade. Essa é uma estratégia de dominação e subalternização, pois “não dá pra lutar contra o racismo quando você se odeia” (BATISTA/GELEDÉS, 2016).

Destacando outro trecho da carta de William Lynch, traremos o trecho que fala justamente sobre a manutenção do racismo entre os próprios negros:

(...) O escravo negro, após receber esse doutrinamento ou lavagem cerebral, perpetuará ele mesmo, e desenvolverá esses sentimentos, que influenciarão seu comportamento durante centenas, até milhares de anos, sem que precisemos voltar a intervir. A sua submissão a nós e à nossa civilização será não somente total, mas também profunda e durável. (LYNCH, 1712)

O ódio por tudo que é negro é um fenômeno naturalizado socialmente, o conceito de negritude está atrelado, no imaginário social, a tudo que é feio, tudo que é ruim.

Essa é uma ferramenta fundamental para desmontar nossa resistência. No lugar da autovalorização, do auto amor, aprendemos desde criança o auto ódio, aprendemos a olhar no espelho e sentir nojo, raiva, tristeza por sermos quem somos, por trazeremos a África estampada no corpo e a cometermos uma série de violências contra nossos corpos com o objetivo de ficarmos mais próximos da branquitude (BATISTA/GELEDÉS, 2016).

Como trabalhado anteriormente, a tolerância de negros com tons de peles mais claras em determinados espaços ajuda a construir a falsa ideia de uma democracia racial e tal ideia, para Anthony Marx (1996), é um dos instrumentos controle contra a mobilização negra. “A imagem de tolerância e de mobilidade social encorajou a quietude dos negros, deixando-os na base da pirâmide social sem reações de grande impacto. (...). (...) foi o ‘maior inimigo’ e o impedimento para a formação da identidade e da mobilização.” (MARX, 1996, p. 161- 164)”.

Portanto, podemos concluir que a depreciação da identidade negra sempre fez parte de um plano maior, um instrumento de controle. E é fruto de uma política com várias estratégias reais e articuladas em torno do embranquecimento

## CAPÍTULO 4 - POLÍTICA DE SAÚDE

Pode-se observar que a estratégia de Willian Lynch operacionalizada pelo Estado Brasileiro deu certo e os dados desta pesquisa demonstram isso. O negro, em muitos momentos, acaba por reproduzir o discurso e a lógica do embranquecimento. Tal afirmação ficará mais clara a partir da análise dos dados e relatos do campo de estágio por meio da observação participante

A ideia do presente trabalho surgiu a partir do estágio realizado na área de saúde, no Hospital regional da Asa Norte-HRAN. O estágio em Serviço Social é dividido em 2 semestres, sendo o primeiro deles destinado a observação do campo e de possíveis intervenções que pudessem ser feitas na instituição.

Durante a observação das entrevistas realizadas pela assistente social com os pacientes da clínica médica, dentre as questões feitas no momento da entrevista havia a questão sobre a autodeclaração dentro do sistema de classificação do IBGE (Preto, Pardo, Branco, Amarelo e Indígena). Todavia, notava-se um extremo desconforto por parte dos pacientes na hora de responder esse item da entrevista, muitas vezes diversos pacientes chegavam a questionar o motivo daquela pergunta.

A coleta do dado referente ao quesito Raça/Cor/Etnia era regulamentada pela portaria nº 344, do Ministério da Saúde de 1º de fevereiro de 2017. Tal documento tornou a coleta do dado tornou-se obrigatório em todos os formulários do Sistema único de Saúde - SUS.

Art. 1º A coleta do quesito cor e o preenchimento do campo denominado raça/cor serão obrigatórios aos profissionais atuantes nos serviços de saúde, de forma a respeitar o critério de autodeclaração do usuário de saúde, dentro dos padrões utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e que constam nos formulários dos sistemas de informações da saúde como branca, preta, amarela, parda ou indígena.<sup>9</sup>

A questão é: a coleta desse dado era algo extremamente custoso, visto que a grande maioria dos pacientes da clínica, quando perguntados sobre a forma como se autodeclaravam, não conseguiam dar uma resposta efetiva. Nessas horas, nós do Serviço Social, apresentávamos o sistema de classificação trabalhado pelo IBGE.

O IBGE trabalha com cinco categorias de classificação, são elas:

- Cor Branca - Estes seriam os Descendentes de Europeus/Ocidentais.
- Cor Preta- Descendentes de Africanos/Afro-Brasileiros.

---

<sup>9</sup> "portaria nº 344, de 1º de fevereiro de 2017 - Ministério da Saúde." 1 fev. 2017, [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344\\_01\\_02\\_2017.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344_01_02_2017.html). Acessado em 6 abr. 2019.

- Cor Parda- Descendentes de indivíduos de Cor/Etnias diferentes: ~Miscigenação~. Indivíduos de pais de cores ou etnias diferentes: preta e branca; preta e índio; branca e índio, e assim por diante;
- Cor Amarela: Descendentes de Asiáticos/Orientais;
- Indígena: Descendentes de Indígenas .<sup>10</sup>

A apresentação das categorias é de extrema importância, pois muitas vezes quando o paciente não consegue dar uma resposta efetiva, muitos profissionais acabam marcando este item como “ignorado”, e se um dado é ignorado, automaticamente é perdido, e de que forma uma política pública é formada? Em cima de dados.

É importante ressaltar que a maior parte dos usuários atendidos na clínica médica onde o estágio foi realizado eram negros, assim como a maior parte do Distrito Federal e do Brasil. Segundo dados coletados pelo Censo realizado em 2010 (IBGE, 2010), estima-se que a população negra represente cerca de 56,2 % de todo o Distrito Federal.

Mesmo sendo a maioria populacional no Brasil, a população negra ainda apresenta os piores índices de saúde, bem como os de educação e economia. Portanto, é importante pensar políticas específicas para essa população, e isso só reforça a relevância da coleta do dado sobre o Quesito Raça/Cor/Etnia.

A Política Nacional de saúde Integral da População Negra (PNSIPN), instituída pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria GM/MS nº992, de 13 de maio de 2009, traz em si premissas que visam o combate ao preconceito no sistema de saúde:

O Ministério da Saúde reconhece e assume a necessidade da instituição de mecanismos de promoção da saúde integral da população negra e do enfrentamento ao racismo institucional no SUS, com vistas à superação das barreiras estruturais e cotidianas que incide negativamente nos indicadores de saúde dessa população – precocidade dos óbitos, altas taxas de mortalidade materna e infantil, maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas e altos índices de violência. (PNSIPN, 2009, p. 8)

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, em 2008, a proporção de negros atendidos pelo SUS era de 67%, enquanto a de brancos era 47,2%. A maior parte dos usuários que buscavam atendimentos tinham como renda média cerca de um salário mínimo (PNSIPN, 2009).

---

<sup>10</sup> Fonte: Brasil, Centro de Referência e Treinamento DST/aids. Perguntar não ofende Qual é a sua Cor ou Raça/Etnia? Responder Ajuda a prevenir. [http://www.saude.sp.gov.br/resources/ouvidoria-da-secretaria-de-estado-da-saude-de-sao-paulo/biblioteca/pergunta\\_nao\\_ofende.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/ouvidoria-da-secretaria-de-estado-da-saude-de-sao-paulo/biblioteca/pergunta_nao_ofende.pdf). Acessado em 21 nov. 2018



Em relação ao acesso à saúde, podemos exemplificar com os dados trazidos pela PNSIPN, a política traz dados que nos ajudam a montar um quadro de como a população negra ainda tem dificuldade no acesso a saúde: “A proporção de pessoas que consultaram um médico nos últimos 12 meses é maior entre as pessoas brancas (74, 8%) do que entre pretas (69,5%) e pardas (67,8%). Assim, as pessoas negras (pretos e pardos) ficam abaixo da média nacional, que é 71,2% (142,8 milhões), de pessoas que consultaram um médico nos últimos 12 meses (PNSIPN, 2017, p. 14).

Outro ponto a ser destacado para o não acesso da população negra aos serviços de saúde, está na discriminação sofrida por essa parte da população. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS de 2013, cerca de 146,3 milhões de pessoas de 18 anos ou mais de idade no Brasil, e, destas, 10,6% (15,5 milhões) afirmaram que já se sentiram discriminadas ou tratadas de maneira pior que as outras pessoas no serviço de saúde, por médico ou outro profissional de saúde (PNS, 2013).

Outro fator que dificulta o acesso da população negra ao sistema de saúde é a discriminação. Segundo a PNS de 2013, aproximadamente 15, 5 milhões das pessoas ouvidas relataram ter sofrido algum tipo de discriminação nos sistemas de saúde, e desses usuários, cerca de 23,3% eram negros.

É importante ressaltar que até os dias atuais existem diversos mitos sobre a negritude que dificultam o acesso aos serviços de saúde, inclusive o mito da resistência negra (CAMPOS, 2019). Existem diversos casos, inclusive, de mulheres negras que não receberam anestesia no momento do parto por serem consideradas mais “resistentes”<sup>11</sup>.

Tal ideia está alocada no imaginário social desde os tempos escravocratas, pois como já dito anteriormente, o negro era visto como um animal a ser explorado, e por conta disso tinha que resistir a todas as condições degradantes impostas a ele.

Portanto, a coleta do dado referente ao quesito raça/cor/ etnia é de suma importância para mapear os usuários do serviço, e também para elucidar suas principais especificidades. É importante lembrar que existem doenças que atingem com maior prevalência a população negra, são elas: Hipertensão arterial, Anemia Falciforme e Hipertensão Arterial.

A população negra apresenta demandas específicas no que diz respeito a saúde, e para o enfrentamento dessa problemática é que se faz necessário a coleta do dado nos formulários de saúde. muitos usuários ainda têm dificuldade em se enxergarem dentro de determinada

---

<sup>11</sup> Ver: Leal, Granado, Gama, Pereira, Pacheco, Carmo e Santos(2017)

categoria de classificação. Existe um incômodo em falar sobre cor, é um assunto que gera um desconforto, e é exatamente por isso que tal assunto deve ser debatido em todos os âmbitos imagináveis, pois assim o tema será desmistificado.

#### 4.1- ANÁLISE DE DADOS

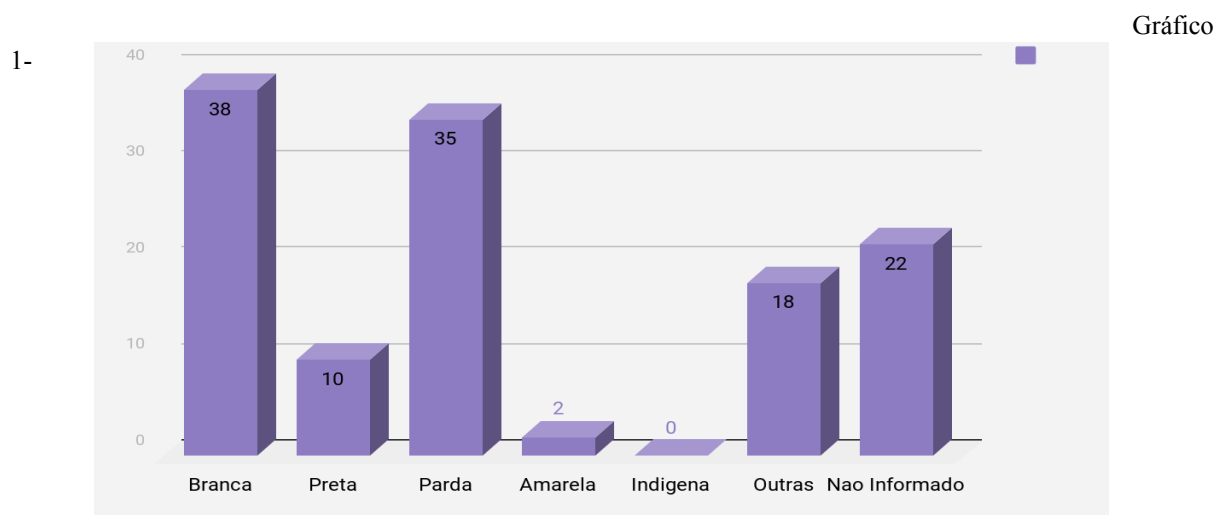
Pensando nos pontos abordados no item anterior se pensou num projeto de intervenção focado na democratização das informações referentes a coleta dos dados sobre o quesito raça/cor/etnia. A partir disso surgiu a ideia de promover 3 rodas de conversa que tinham como objetivos iniciais: o debate sobre a Portaria nº 344, do Ministério da Saúde de fevereiro de 2017: o sistema de classificação do IBGE, as doenças com maior incidência na população negra e o destino dos dados coletados.

Paralelamente a implementação do projeto de intervenção, foi realizado um levantamento de dado dos pacientes da clínica médica do 5º andar. tais dados foram colhidos com a finalidade de montar um perfil social dos pacientes.

O tempo compreendido foi de 01/09/2018 até o dia 28/02/2019, totalizando um período de seis meses. O total de pacientes atendidos pelo Serviço Social nesse período foi de 125 pessoas.

A pesquisa teve como itens abordados: nascimento (dentro ou fora do DF); Sexo (masculino ou feminino); Origem dos Usuários; Estados de Origem; Faixa Etária; Cor/Etnia; Grau de Escolaridade; Especialidade Clínica (divisão entre homens e mulheres por especialidades) e Tipo de Trabalho/Fonte de renda.

Como podemos ver no gráfico a seguir, a maior parte do público da clínica médica é composta por negros, o que só reforça a necessidade de políticas mais efetiva para esta parte da população, visto que ainda apresentam os piores índices de saúde:



Cor/Etnia

Fonte: Livro de registros de atendimento do Serviço Social 5º andar/HRAN  
Elaboração: Própria (2019)

É necessário ressaltar que a maior parte desses indivíduos, só conseguiu se declarar depois da apresentação das categorias e do que era compreendido em cada uma delas. Mas é importante analisar a barra de “outras”, esses são os indivíduos que não conseguiram dar uma resposta efetiva.

Dessas 18 pessoas, 11 se declararam como “morenas” e outras 7 se definiram como morenos-claros. É preciso refletirmos sobre o termo moreno, tal termo é mergulhado na lógica do embraquecimento. “O(a) moreno(a) dificulta a visualização e explicitação do racismo à brasileira. (DAMATTA, 1987, p. 62). Ser moreno é, sobretudo, não usar o preto, não usar o negro (RIBEIRO, 2010).

Parte considerável dos indivíduos que se autodeclararam como pertencendo ao grupo de pardos, era de pele retinta, ou seja, a pessoa prefere dizer que é parda porque não se vê como preta, tal ato também é consequência do processo histórico de embranquecimento discutido ao longo deste trabalho.

Outra análise que pode ser feita sobre os indivíduos que não se enxergavam como pretos é: o indivíduo se coloca como pardo como uma tentativa de se proteger de uma possível discriminação.

Podemos interpretar essa classificação utilizando do termo “moreno” como uma aproximação daquilo que é branco, como uma tentativa de abrandar a negritude existente. Nascimento (1978) defende a ideia de que por se tratar de uma sociedade em que o padrão de bom é tudo aquilo relacionado ao europeu, a tendência de muitos negros é justamente buscar se aproximar do branco.

Conrado (2007)<sup>12</sup>, irá trabalhar com a ideia de que termos que visam “abrandar” a negritude tem como objetivo, mesmo que inconsciente, o embranquecimento. “Se auto classificar ou imputar a alguém qualquer tonalidade de cor que escape do branco é correr o risco de escurecê-la, segundo o lugar social em que se encontra o indivíduo”. É preciso pontuamos que muitos indivíduos ainda encaram termos como “preto” ou negro como um xingamento. Retomando o ponto do desenvolvimento da identidade negra, temos como destaque o pensamento de Maggie a respeito do papel do termo “moreno”

Moreno contém em si mesmo tanto cor como ausência de cor. Tanto pode ser um negro retinto, quanto pode [ser] uma alva de cabelos pretos, e é uma categoria que tanto revela sobre a cultura quanto pode ser usada para conotar o lugar social das pessoas. Moreno contém em si o gradiente, a oposição negro/branco e a oposição preto/branco. Ela é a categoria que por

---

<sup>12</sup> Em palestra proferida no Dia Nacional de Combate ao Racismo, organizada pelo Grupo de Estudos Afro-Amazônicos (Geam), sob o tema “Racismo e Ações Afirmativas na UFPA” – julho de 2007, a Profª. Drª. Mônica Prates Conrado, do Laboratório de Antropologia da UFPA fez referência às questões levantadas pelos participantes que perguntavam como se poderiam realizar definições incontestáveis sobre a cor de uma pessoa.

excelência fala do nosso modo particular cotidiano de falar nas raças e nas oposições, sem falar delas. (MAGGIE, 1998, p. 211).

Outro ponto a ser analisado aqui é o grau de escolaridade dos indivíduos da amostragem, a grande maioria dos pacientes da clínica eram idosos que tiveram que deixar de estudar para trabalhar. Portanto, é necessário refletirmos que a informação sobre questões raciais não está presente na vida da maioria desses usuários. A seguir temos o gráfico que elenca bem o nível escolar dos pacientes e também a faixa etária dos indivíduos:

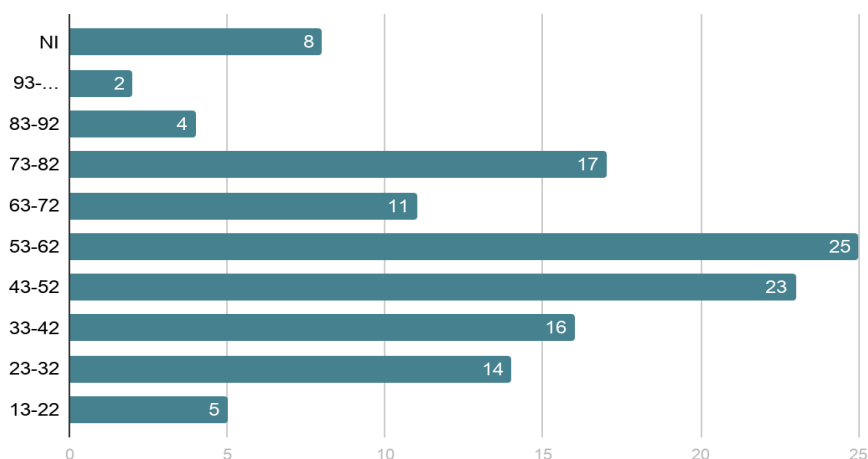


Gráfico 2- Faixa Etária

Fonte: Livro de registros de atendimento do Serviço Social 5º andar/HRAN

Elaboração: Própria (2019)

Observando o gráfico acima, é possível perceber que a clínica médica é caracterizada por atender pacientes idosos. Em função disso é preciso lembrar que a discussão sobre questões raciais, e principalmente sobre o processo de embranquecimento racial da população não eram efervescentes cerca de há 70 ou 60 anos atrás (faixa etária predominante dos pacientes).

Tais pacientes viveram um momento de pouca democratização e busca por liberdade, pois a capilaridade do movimento negro é recente. Tais usuários cresceram com a intensa cultura racista brasileira sendo disseminada, a formação cultural foi pautada na falta de discussão sobre o preconceito sofrido, por esse motivo se faz tão difícil a mudança de determinadas mentalidades.

Outro ponto a ser elucidado a partir da análise do gráfico é o fato de que muitos desses usuários não concluíram o ensino básico pois precisavam trabalhar. Tal questão também pode ser vista pela ótica da desigualdade de oportunidades, pois como citado

anteriormente, os negros sempre ocuparam uma posição de inferioridade perante o desenvolvimento social e falta do acesso ao ensino só contribui para a manutenção dessa marginalização.

O gráfico a seguir apresenta dados concretos sobre os níveis de escolaridade dos pacientes da clínica:

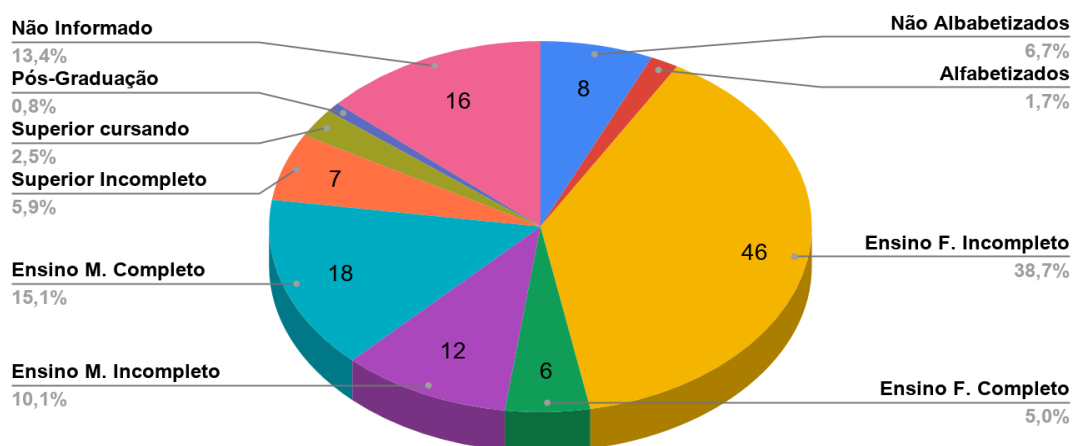


Gráfico 3- Grau de Escolaridade

Fonte: Livro de registros de atendimento do Serviço Social 5º andar/HRAN

Elaboração: Própria (2019)

Analisando o gráfico acima é possível observar que 38,7% dos pacientes possuem apenas o ensino fundamental incompleto, e sabendo que a maioria desses pacientes são negros é preciso fazer um paralelo entre o acesso à educação e a desigualdade do negro nos dias atuais.

Segundo dados do IBGE (2018) no ano de 2018 o percentual de pretos e pardos que passaram a acessar o sistema público de ensino superior é de 50,3%. Mas, é preciso ressaltar que pretos e pardos são maioria da população brasileira, e mesmo assim permanecem sendo representados de forma deficitária.

No que diz respeito ao acesso de jovens pretos e pardos entre 18 e 24 anos ao ensino superior, em 2016 o percentual era de 50,5%, e no ano de 2018 subiu para 55,6%. Em contrapartida ficou abaixo do percentual de brancos da mesma faixa etária (78,8%).

Como levantado anteriormente a coleta dos dados foi feita paralelamente ao projeto de intervenção, mas foi por meio do grupo focal reunido nos três encontros promovidos, é que os dados puderam ser materializados. O projeto se consistiu em 3 rodas de conversa com

os pacientes da clínica médica do 5 ° andar (Infectologia, Nefrologia e Gastroenterologia). A discussão sobre a coleta do dado referente a Raça/Cor/Etnia na área de saúde, a importância da autodeclaração efetiva e a democratização das informações a respeito do destino desses dados.

Os resultados obtidos com a implementação do projeto foram melhores do que o esperado. Houve uma significativa participação da maioria dos pacientes, principalmente em momentos em que estávamos discutindo a dificuldade que se há quando o assunto é discutir raça/cor/etnia no Brasil.

Muitos apontaram a importância de momentos de discussão como aqueles justamente pelo fato de levar a informação, diversos pacientes sequer conheciam o sistema de classificação a classificação oficialmente trabalhada. Vale ressaltar que as categorias trabalhadas pelo IBGE (Preto; Pardo; Branco; Amarelo e Indígena) são utilizadas desde os anos 2000, e mesmo assim a falta de informação sobre isso ainda é alarmante.

Diversos usuários relataram que acreditavam que a pergunta sobre a forma de autodeclaração feita no momento da entrevista era um simples detalhe, que não sabiam da real importância disso, mas que depois da aplicação de nossas dinâmicas a real importância desse questionamento havia ficado clara.

Destacou-se o papel desses dados na área da saúde pelo fato do trabalho estar sendo executado neste âmbito, mas alguns outros participantes da roda de conversa também trouxeram o impacto desse quesito Raça/Cor/Etnia em outras áreas, como em inscrições para concursos públicos e também como algo determinante no acesso a programas voltados a ações reparatórias, como os sistemas de cotas, onde há uma reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas.

Essa reflexão de como a questão da cor perpassa diversos outros níveis foi de suma importância, pois um dos objetivos era justamente gerar uma reflexão, e que aquela roda de conversa não terminasse ali; mas que fosse uma semente plantada na cabeça de cada um daqueles usuários, e que esse conhecimento fosse levado para a vida de cada uma daquelas pessoas, fazendo com que a informação fosse disseminada cada vez mais.

Outros pontos que não haviam sido planejados para serem abordados na dinâmica acabaram sendo trazidos pelos próprios usuários, como por exemplo, o cabelo e como uma forma de identificação e fundante na hora de se identificar com determinado grupo étnico-racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. Podemos destacar

uma passagem do texto da professora Nilma Lino Gomes (2019) que exemplifica bem essa questão:

Identidade é construída historicamente em meio a uma série de mediações que diferem de cultura para cultura. Em nosso país, o cabelo e a cor da pele são as mais significativas. Ambos são largamente usados no nosso critério de classificação racial para apontar quem é negro e quem é branco em nossa sociedade, assim como as várias gradações de negrura por meio das quais a população brasileira se auto classifica nos censos demográficos. (NL. Gomes,2019, p.3)

A questão de os traços serem algo de extremo peso na autoimagem social, principalmente do negro brasileiro, são elementos culturais. Nilma Lino Gomes (2019) segue em sua obra exemplificando o fato desses elementos não estarem ligados simplesmente a questões estéticas, mas como questões que têm impacto na formação identitária:

O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo e o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra. Por isso não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos. (NL. GOMES , 2019, p.2)

Outro ponto elencado pelos pacientes foi a questão de que a dificuldade de se afirmarem enquanto negros parte muitas vezes de comentários racistas, mascarados de “piadas” ou “brincadeiras”, que já ouviram na vida.

Muitos também alegaram de a vida inteira terem sido classificados como “morenos” e até mesmo “mulato, e esse era um dos pontos cruciais para a dificuldade em se afirmar dentro da classificação oficial.

Quando se fala de termos como os citados anteriormente, é necessário que haja uma reflexão extremamente crítica sobre o emprego e significados dos mesmos. Termos como esses, carregados de um racismo histórico, criam uma espécie de falsa democracia racial, já que não trazem a discriminação de forma escrachada, mas ainda assim a trazem.

Ao gerar esse momento de troca de informações se pode observar a necessidade da discussão sobre a questão racial no Brasil, e de como isso tem que acontecer nos mais diversos espaços. Também, foi possível a observação de que ainda existe uma enorme dificuldade em debater o assunto sem receios desconfortos. E é exatamente por isso que essa questão precisa ser naturalizada.

Pelos motivos acima elucidados, é importante ressaltar o papel pedagógico que o Serviço Social desempenha na vida dos usuários. O Código de Ética do assistente social de



1993 traz como deveres do assistente a democratização das informações como uma forma de devolver ao usuário o direito de participação efetiva nas decisões e também na garantia de seus interesses (CFESS, 1993).

Tal princípio foi o foco principal para a elaboração do grupo focal, principalmente por se tratar de um tema que era algo que gerava perceptível desconforto em muitos dos usuários. o objetivo com as rodas de conversa era promover o debate e o enfrentamento da dificuldade em se reconhecer enquanto negro, tudo isso para que o indivíduo se apropriar de sua condição e pudesse de fato contribuir no enfrentamento do preconceito.

## CONCLUSÃO

Tal trabalho surgiu como uma necessidade acadêmica e pessoal de se pesquisar sobre o processo de embranquecimento racial e a forma como tal estratégia estatal afeta diretamente na construção da identidade negra.

Outro ponto que justificou a elaboração deste trabalho foi baixa produtividade acadêmica referente ao assunto, a maior parte de bibliografias que discutem o tema estão atreladas a algo muito pontual e não a discussão de forma geral. A partir da pesquisa, dos dados apresentados e dos relatos colhidos por meio da observação participante, foi possível estabelecer uma linha histórica de pensamento e mapeamento das políticas que visavam o embranquecimento da população brasileira.

Com tal trabalho buscou-se descobrir e analisar de forma mais aprofundada a razão de muitas pessoas apresentarem uma enorme dificuldade em se reconhecerem como negras, esse foi um dos pontos elencados durante o desenvolvimento deste trabalho.

Analisou-se, através de dados concretos, a tendência de se auto embranquecer, pois muitos dos pacientes analisados nesta pesquisa se autodeclararam como sendo morenos, morenos-claros, entre outros. A tendência a se denominar por estes termos parte do receio em se afirmar negro. Tal atitude confirma a hipótese inicial deste trabalho: O embranquecimento racial tem impacto direto na autoimagem do negro brasileiro.

A pesquisa teve como foco o Hospital Regional da Asa Norte-HRAN, surgiu como uma ideia que começou a ser desenvolvida durante o estágio obrigatório em Serviço Social. A Pergunta-Problema que buscou ser respondida durante o trabalho era “qual o reatamento do histórico processo de embranquecimento na identificação do usuário de saúde do HRAN?”

Por meio desta questão, chegou-se à conclusão de que os reatamentos históricos desse processo são a alienação e tendência a negação da própria negritude nos pacientes. É importante frisar que o negro durante toda a formação da sociedade sempre foi tratado como um animal, sempre foi visto como um mal necessário, e que quanto mais claro fosse o tom de pele, mais privilégios sociais o indivíduo teria.

Tal iniciativa de depreciar tudo vinculado ao negro, a cultura, os traços e o tom de pele, é componente de uma das muitas estruturas de manutenção do racismo. Tal processo encontra-se extremamente enraizado no seio social, e que, muitas vezes, segue sendo perpetuado até pelos próprios negros (LYNCH, 1971).

Muitas vezes há uma vergonha em se assumir negro- atitude compreensível, visto que essa foi uma estratégia utilizada pelo Estado como uma das estruturas de dominação- em contrapartida é necessário se fazer o seguinte questionamento: Se há vergonha, como gerar orgulho? Tal questão se faz importante para se pensar em métodos de enfrentamento para tal problemática.

Por fim, cabe destacar que a presente monografia não teve por objetivo esgotar a pesquisa acerca do movimento de embranquecimento racial promovido pelo Estado brasileiro, mas sim de servir como contribuição para trabalhos que possam a vir posteriormente.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carina e NÖTZOLD, Ana. **O impacto da colonização e imigração no Brasil meridional: contágios, doenças e ecologia humana dos povos indígenas**. 2010. Disponível em <[periodicos.unesc.net/historia/article/view](http://periodicos.unesc.net/historia/article/view)> Acesso em: 15 de novembro de 2019

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. São Paulo. Annablume, 2003.

BARRADAS, Fernando. **Colonização Inglesa e Lusitana**. Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR, v. 2, n. 5 (1994). Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/1602>> Acesso em: 24 de outubro de 2019.

BATISTA, Robin. **Estética negra empodera, sim. Porque não dá para enfrentar o racismo quando você ainda se odeia**. Geledés- Instituto da Mulher Negra, 2016. Disponível in<<https://www.geledes.org.br/estetica-negra-empodera-sim-porque-nao-da-para-enfrentar-o-racismo-quando-voce-ainda-se-odeia/>> Acesso em: 27 de novembro de 2019

BRASIL. Ministério da Saúde, Universidade de Brasília. **Guia de Implementação do Quesito Raça/ Cor/Etnia**. Brasília, 2018. Disponível em: <[http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_implementacao\\_raca\\_cor\\_etnia.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_implementacao_raca_cor_etnia.pdf)> Acesso em: 03 de nov. de 2019.

BRASIL. **Portaria nº 344, de 1º de fevereiro de 2017**. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação de saúde. Brasil, 2017. Disponível:<[http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344\\_01\\_02\\_2017.html](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344_01_02_2017.html) > . Acesso em: 20 NOV. de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**. Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 29 de setembro de 2019

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 7.967 de 27 DE agosto de 1945**. Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Disponível em<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7967impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7967impresao.htm)> Acesso em: 29 de setembro de 2019

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política Do SUS**. Brasil, 2009. Disponível em: <[http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf)>. Acesso em: 03 de nov. de 2019.

BROCOS, Modesto. **A Redenção de Cam**, 1895. Disponível em<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/06/14/A-tela-%E2%80%98A-Reden%C3%A7%C3%A3o-de-Cam%E2%80%99.-E-a-tese-do-branqueamento-no-Brasil> > Acesso em 06 de outubro de 2019.

CAMPOS, Laryssa. **Mito da mulher negra resistente à dor dificulta tratamento da anemia falciforme**.2019.Disponível em<<http://www.nupad.medicina.ufmg.br/mito-da-mulher-negra-resistente-a-dor-dificulta-tratamento-da-anemia-falciforme/>> Acesso em : 27 de novembro de 2019

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

**CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL 1993-CFESS**.Brasília. Disponível em<[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1986.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf)>. Acessado em 15 nov. 2019.

Colorismo. Revista Raça,2018. Disponível em<<https://revistaraca.com.br/colorismo/>> Acesso em: 05 de outubro de 2019.

DA FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002.

DAMATTA, Roberto. **Digressão: a fábula das Três Raças ou o problema do racismo à brasileira**. In: DAMATA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. p. 58-85.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod\\_resource/content/0/Angela%20avis\\_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20avis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf)> Acesso em 29 de setembro de 2019

DEVULSKY. Alessandra – **O que é colorismo, o conceito que está na boca de youtubers contra o racismo** .2017. Disponível in <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42033002>>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

DJOKIC, Aline. **Colorismo: o que é, como funciona**. Geledés- INSTITUTO DA MULHER NEGRA,2015. Disponível em<<https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>> Acesso em: 02 de outubro de 2019

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996. Disponível em <[https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%F4nia\).pdf](https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%F4nia).pdf)>. Acesso em: 13 de setembro de 2019

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. Globo livros, 2008.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970. (Coleção Biblioteca Universitária, Série 2a , Ciências Sociais, v. 23). Disponível em<<http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Furtado,%20Celso/Celso%20Furtado%20-%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Econ%C3%B4mica%20do%20Brasil.pdf>> Acesso em:10 de setembro de 2019.

FRAYZE-PEREIRA, João A. **A questão da alteridade**. Psicol. USP, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p.11-17, 1994. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51771994000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771994000100002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 27 out. 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 2019. Disponível in<<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>> Acesso em 27 de outubro de 2019

\_\_\_\_\_. **Cultura negra e educação**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 23, p. 75-85, Aug. 2003 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200006&lng=en&nrm=iso)>. access on 27 Oct. 2019.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. Col. Ensaio, n. 29. 2a. ed. São Paulo: Ática, 1978.

HARRIS, Angela. Introduction: Economies of Color. In: GLENN, Evelyn Nakano (Ed.) *Shades of Difference: Why Skin Color Matters*. California: Stanford University Press, 2009. p.1-5

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. (Biblioteca de Ciências Sociais, Série Sociologia, v. 10)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde**. Rio de Janeiro, 2013

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 2018. **Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece**. Disponível em<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25989-pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece>> Acesso em: 17 de novembro de 2019.

JACCOUD, Luciana. 2008. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em<[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro\\_desigualdadesraciais.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_desigualdadesraciais.pdf)> Acesso em: 9 de setembro de 2019

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. Disponível em<<http://corteidh.or.cr/tablas/27615.pdf>> Acesso em 11 de setembro de 2019.

LARA, S.H. **"O castigo exemplar" em campos da violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, p. 340, 1999.

Leal, M. D. C., Gama, S. G. N. D., Pereira, A. P. E., Pacheco, V. E., Carmo, C. N. D., & Santos, R. V. (2017). **A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil**. *Cadernos de Saúde Pública*, 33, e00078816

LOTIERZO, Tatiana H. P. e SCHWARCZ, Lilia K. M. **Raça, gênero e projeto branqueador : “a redenção de Cam”, de modesto brocos**. in Número 5 .(c) Artelogie, n° 5, Outubro 2013. Disponível em<<http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article254>> Acesso em 05 de outubro de 2019.

LYNCH, W. **Carta de William Lynch**. 2012. Disponível em: <<http://comunidadebib.blogspot.com.br/2012/10/carta-de-william-lynch.html>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

MAGGIE, Yvone. **Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias de cor e raça na cultura brasileira**. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil, 1998.

MARX, Anthony. **“A construção da raça no Brasil: Comparações históricas e implicações políticas”** in SOUZA, Jessé (org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília: Ed. Paralelo 15, pp.157-167, 1997.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999. 140p.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Disponível in<<http://rapefilosofia.blogspot.com/2016/02/o-genocidio-do-negro-brasileiro-abdias.html>> Acesso em : 08/05/2019

PINSKY, Jaime. **A Escravidão no Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 1993. Disponível em<[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_uel\\_hist\\_artigo\\_marli\\_aparecida\\_machado.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_hist_artigo_marli_aparecida_machado.pdf)> Acesso em: 11 de setembro de 2019

Ribeiro, Alan. **“No meio e misturado”: o moreno como identificação de cor entre estudantes de uma escola pública”**. 2010. Disponível em<<http://www.uces.com.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/183>> acesso em: 03 de outubro de 2019

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

SEYFERTH, GERALDA. **Construindo A Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização**. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciências e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ CCBB, 1996, p.41-5 Disponível em <[www.inesc.org.br/biblioteca/legislação/Declaração\\_Durban.pdf](http://www.inesc.org.br/biblioteca/legislação/Declaração_Durban.pdf)> Acesso em 26 de setembro de 2019

SILVA, Graziella Moraes; LEAO, Luciana T. de Souza. **O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 27, n. 80, p. 117-133, Oct. 2012 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092012000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000300007&lng=en&nrm=iso)>. access on 29 Sept. 2019.

SILVA, Liliam Ramos. **NÃO ME CHAME DE MULATA: UMA REFLEXÃO SOBRE A TRADUÇÃO EM LITERATURA AFRODESCENDENTE NO BRASIL NO PAR DE LÍNGUAS ESPANHOL-PORTUGUÊS**. *Trab. linguist. apl.*, Campinas , v. 57, n. 1, p. 71-88, Apr. 2018 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-18132018000100071&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132018000100071&lng=en&nrm=iso)>. access on 02 July 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/010318138651618354781>.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2–A pesquisa científica. **Métodos de pesquisa**, v. 1, 2009.

THEODORO, M. (org.) 2008. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em<[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro\\_desigualdadesraciais.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_desigualdadesraciais.pdf)> Acesso em: 9 de setembro de 2019.

\_\_\_\_\_. **As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil**. In: RAMALHO, Jether Pereira; ARROCHELLAS, Maria Helena (orgs.). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a liberdade – CAALL, 2004